



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0000136-54.2018.8.26.0555 - 2018/001619
 Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo
 Documento de Origem: OF, CF, IP-Flagr. - 1513/2018 - DEL.SEC.SÃO CARLOS
 PLANTÃO, 1670/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos,
 181/2018 - 3º Distrito Policial de São Carlos
 Réu: NILTON CRISTIANO DOS SANTOS
 Data da Audiência: 27/11/2018

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **NILTON CRISTIANO DOS SANTOS**, realizada no dia 27 de novembro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as vítimas **LUIS FELIPE FRANCO CANDEO TOMAZINI** e **GUSTAVO LIMA LOPES** e a testemunha **ROBINSON DOS SANTOS ARRIGHE** (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram das demais oitivas, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. NILTON CRISTIANO DOS SANTOS**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 157, §2º, II, na forma dos artigos 70 e 69, todos do Código Penal e no artigo 244-B, da Lei nº. 8.069/90, na forma do artigo 69, do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a parcial procedência, com condenação pelos crimes de roubo e absolvição em relação ao crime de corrupção de menores, com fixação de regime inicial fechado. A defesa requereu o decreto absolutório com relação ao crime de corrupção de menores e, no tocante aos crimes de roubo, a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

imposição da fração mínima na causa de aumento de pena. **É o relatório. DECIDO.** O acusado confessou em juízo a prática dos roubos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. Com relação ao delito previsto no artigo 244-B do ECA, o réu negou que soubesse a idade do adolescente Lucas, a quem mal conhecia. A vítima Luis Felipe confirmou que a aparência de Lucas é de ser alguém com bem mais de 18 anos. Logo, o acusado não deve responder por essa imputação. Procede a acusação nesses termos. Passo a fixar a pena. Para cada um dos dois roubos no primeiro item da denúncia, fixo a pena base em 04 anos de reclusão e 10 dias-multa. O acusado é reincidente, mas também é confesso. Tomo a confissão como preponderante, uma vez que revela algum tipo de arrependimento, que por sua vez é importante passo em direção à prevenção especial, almejada tanto pelo artigo 59 do Código Penal quanto pelo artigo 1º da Lei de Execuções Penais. Assim, mantenho a pena no mínimo legal. Aumento as penas de 1/3 em razão da qualificadora do concurso de agentes, perfazendo o total de 05 anos e 04 meses de reclusão e 13 dias-multa. Para os crimes descritos no segundo item da denúncia, pelos mesmos motivos acima alinhavados, estabeleço a pena de cada um em 05 anos e 04 meses de reclusão, e 13 dias-multa. Reconheço o crime continuado entre os quatro delitos, aumento a pena de um deles de 1/6, perfazendo o total de 06 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão e 15 dias-multa. Em razão da reincidência, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. **Permanecem inalterados os motivos ensejadores da prisão preventiva. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra.** Ante o exposto, julgo procedente em parte o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **NILTON CRISTIANO DOS SANTOS** à pena de 06 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão em regime fechado e 15 dias-multa, por infração ao artigo 157, §2º, II, por quatro vezes, na forma do artigo 71 do Código Penal; absolvendo-se o réu de ter violado o disposto no artigo 244-B, da Lei nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

 Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**
**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: